



RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA): OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO DO NOVO PADRÃO PARA DESCRIÇÃO DE RECURSOS E ACESSO

RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA): OBJECTIVES, CHARACTERISTICS AND DEVELOPMENT OF THE NEW STANDARD FOR RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS

Fabício Silva Assumpção, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos
Campus de Marília – Faculdade de Filosofia e Ciências – Biblioteconomia – assumpcao.f@gmail.com - PIBIC/CNPq.

Palavras chaves: Catalogação e Tecnologias; Resource Description and Access (RDA); Informação e Tecnologia.
Keywords: Cataloging and Technologies; Resource Description and Access (RDA); Information and Technology.

1 Introdução

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos proporcionados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) alteraram a configuração do espaço no qual bibliotecas e demais unidades de informação se inserem. Tais avanços criaram novos ambientes informacionais, novos tipos de recursos, com novos suportes e conteúdos, possuindo novas formas de acesso e requisitados por usuários com diferentes, novas e numerosas exigências. Diante deste novo contexto as atividades biblioteconômicas necessitaram reavaliar seu papel, suas técnicas e metodologias.

A catalogação, atividade biblioteconômica que visa a representação de recursos informacionais, necessita de um padrão para descrição de recursos e acesso que seja coerente com esta nova realidade vivida pelas unidades de informação. Desta necessidade surge a proposta do *Resource Description and Access* (RDA) (Descrição de Recursos e Acesso), um padrão para descrição de recursos e acesso projetado para o uso em ambientes digitais.

2 Objetivos

De forma geral, o objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento, os objetivos e características do padrão RDA. De forma específica tivemos como objetivos apresentar o escopo e objetivos do padrão, as características que sua estrutura apresenta e seus relacionamentos com outros padrões (AACR, ISBD e MARC 21) e com os modelos conceituais para dados bibliográficos (FRBR) e de autoridade (FRAD).

3 Metodologia

A pesquisa constituiu-se de levantamentos bibliográficos e leituras de textos e relatórios sobre o desenvolvimento do padrão, além de exercícios práticos de descrição utilizando o rascunho do RDA.

4 Resultados

O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) foi criado para o uso em catálogos de fichas. A primeira edição do Código é do ano de 1967, a segunda é de 1978 (AACR2) e teve sua última revisão em 2002 com atualizações em 2003, 2004 e 2005. Embora tais revisões e as atualizações tenham ocorrido nas últimas décadas, dentro da nova realidade proporcionada pelas TICs, e os desenvolvedores do Código tenham tentado fazer com que ele se adequasse a essas mudanças, o Código tornou-se obsoleto em alguns casos, uma vez que sua estrutura ainda está voltada para os catálogos com descrições em papel, muitas vezes, no formato de fichas.

Em 1997, em Toronto, Canadá, foi realizada a *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, a qual tinha o objetivo de revisar os princípios base do AACR, com o propósito de determinar se uma revisão fundamental era apropriada e viável e, caso fosse, aconselhar na direção e natureza dessa revisão. Como resultado da conferência, o *Joint Steering Committee for Revision of AACR* (JSC AACR), formado por membros de seis instituições da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra, começou a planejar o desenvolvimento do novo padrão, para uma terceira edição do AACR, o AACR3, que começou a ser efetivamente desenvolvido em 2004.

O rascunho da Parte I do AACR3 foi disponibilizado para avaliação em dezembro de 2004. Em abril de 2005, devido a comentários recebidos na revisão da Parte I, juntamente com o *Committee of Principals* (CoP), o JSC percebeu que era necessário uma nova abordagem, adotou-se então a idéia de um padrão estruturado para o ambiente digital, que fornecesse diretrizes e instruções na descrição e acesso de recursos digitais e analógicos e que produzisse registros com possibilidades de uso em uma variedade de ambientes digitais. Na mesma reunião de abril de 2005, o JSC adotou um novo título para o padrão, *Resource Description and Access* (RDA).

O rascunho da Parte I do RDA foi disponibilizado para revisão em dezembro de 2005. Em 2006 e 2007 disponibilizaram o rascunho de alguns capítulos. Em reunião em outubro de 2007, o JSC aceitou a proposta de uma nova estrutura do RDA, a qual relaciona elementos de dados mais atentamente às entidades do FRBR (obra, expressão, manifestação, e item) e as tarefas do usuário (encontrar, identificar, selecionar e obter).

Em 17 de novembro de 2008 foi disponibilizado um rascunho quase completo do RDA. O JSC abriu o prazo para envio de comentários até 2 de fevereiro de 2009. Em março de 2009 o JSC e CoP se reuniram em Chicago (EUA) com o objetivo de revisar os comentários recebidos sobre o rascunho do RDA, e preparar este para divulgação, qual está prevista para novembro de 2009.

A proposta do novo padrão é fornecer um abrangente conjunto de diretrizes e instruções na descrição de recurso e acesso cobrindo todo tipo de conteúdo e mídia.

Os dados criados a partir de sua aplicação deverão ser flexíveis (funcionar independentemente de formato, meio ou sistema usado para apresentar, armazenar ou transmitir dados), ter facilidade para integrar os bancos de dados existentes, particularmente os criados em acordo com o AACR2 e padrões similares, com o mínimo de ajuste retrospectivo, e satisfazer os requisitos necessários para apoiar as tarefas do usuário de maneira eficiente.

Os desenvolvedores do RDA buscam manter um alinhamento entre o novo padrão e a Declaração Internacional dos Princípios Internacionais de Catalogação, elaborada em 1961 e revisada entre os anos de 2003-2007. No rascunho da Introdução do RDA, divulgado em 17 novembro de 2008, consta que a Declaração dos Princípios informam os princípios de catalogação usados em todo o RDA.

A estrutura do RDA mantém alinhamento com os modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade, respectivamente, *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), desenvolvidos pela IFLA. Os desenvolvedores do RDA têm como seu principal foco prover diretrizes e instruções no registro de dados para refletir atributos e relacionamentos associados com as entidades definidas nos modelos FRBR e FRAD (obra, expressão, manifestação, item, pessoa, família, entidade coletiva, conceito, objeto, evento e lugar).

O alinhamento com os modelos conceituais é considerado um dos principais elementos na estrutura do RDA. Tais modelos provêm o RDA com uma base estrutural que tem o escopo necessário para suportar uma cobertura abrangente de todo tipo de conteúdo e mídia, a flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos, e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos.

O atual rascunho do RDA contém uma introdução e 37 capítulos divididos em dez seções. As quatro primeiras seções cobrem elementos correspondentes a atributos de entidades definidas nos modelos conceituais FRBR e FRAD; as seções de 5-10 cobrem elementos correspondentes a relacionamentos definidos no FRBR e FRAD.

Cada seção contém um capítulo inicial que apresenta os objetivos funcionais e princípios nos quais se baseiam as diretrizes e instruções da seção, e elementos principais especificados para apoiar esses objetivos funcionais. Os capítulos dentro de cada seção focam em elementos que apoiam as tarefas de usuário: encontrar, identificar, selecionar ou obter.

O AACR surgiu da longa tradição anglo-americana na catalogação, o RDA, construído nas fundações estalecidas pelo AACR carrega em seus objetivos uma forte influência desta tradição. Desta forma, a necessidade de integrar os registros criados com a aplicação do RDA em bases de dados já existentes, desenvolvidas em acordo com o AACR, é reconhecida como um fator principal na estrutura do RDA, sendo que esta integração com o mínimo de ajuste retrospectivo nas bases de dados é um dos objetivos que governam o novo padrão.

O RDA é um esquema voltado ao registro de dados e não à apresentação de dados, portanto é independente de qualquer regra de apresentação. Essa independência faz com que as características da *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) tais como a ordem das áreas, elementos de dados e pontuações não sejam requeridas no RDA. Apesar da independência da ISBD, o RDA conterà, no Apêndice D, um mapeamento entre seus elementos e os da ISBD. O mesmo apêndice também fornecerá instruções para a apresentação de dados segundo a ISBD, como, por exemplo, a pontuação prescrita para cada área de descrição.

Os dados criados com a utilização do RDA poderão ser aplicados na estrutura do *MARC 21 Format for Bibliographic Data* e do *MARC 21 Format for Authority Data*, formatos desenvolvidos para o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos. No entanto, alguns elementos da descrição que estão cobertos no novo padrão não fazem parte da atual estrutura dos formatos MARC 21.

Na tentativa de uma melhor aplicação do RDA, algumas mudanças na estrutura dos formatos MARC 21 serão necessárias, tais como o acréscimo dos termos previstos no RDA para tipo de conteúdo e de suporte. Um grupo de trabalho foi estabelecido para colaborar no desenvolvimento de propostas para tais mudanças.

O Apêndice D do RDA conterà um mapeamento para o uso dos elementos do RDA na estrutura do formato MARC 21 para dados bibliográficos; o Apêndice E fornecerá o mapeamento dos elementos do RDA para o formato MARC 21 para dados de autoridade.

5 Conclusões

O *Resource Description and Access* (RDA) está sendo desenvolvido como um novo padrão para a descrição de recursos e acesso. Voltado para o mundo digital, este padrão tem como proposta uma cobertura abrangente de todo tipo de conteúdo e mídia, bem como a flexibilidade necessária para que os dados produzidos através de sua utilização sejam aplicáveis em uma variedade de ambientes tecnológicos.

Uma das principais características do RDA é seu alinhamento com os modelos conceituais para dados bibliográficos (FRBR) e de autoridade (FRAD). A influência dos modelos conceituais é bastante visível no RDA, tanto na estrutura do padrão, em que as tarefas do usuário, grupos de entidades e entidades definidas em tais modelos ditam a organização das diretrizes e instruções presentes no padrão, quanto no conteúdo das diretrizes e instruções, que refletem os atributos e relacionamentos das entidades definidas nos modelos conceituais.

Frente à grande influência que os modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade exercem no RDA, faz-se necessário, por parte do utilizador do esquema, o conhecimento efetivo de tais modelos, fator que pode vir a ser negativo na aceitação e aplicação do RDA, uma vez que nem todos profissionais estão familiarizados com os modelos conceituais e que tal familiarização demandaria tempo e investimentos em treinamentos.

Outras características do RDA podem ser apontadas como positivas à sua aceitação e eficiência: seu desenvolvimento paralelo ao desenvolvimento da Nova Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação e seu acordo com esta faz com que o RDA procure satisfazer as expectativas da comunidade internacional; a possibilidade de integração dos dados criados a partir

da utilização do RDA em bases de dados existentes, criadas de acordo com o AACR e padrões similares, com o mínimo de ajuste retrospectivo; e o uso não obrigatório da ordem dos elementos e pontuação prescrita pela ISBD, o que torna o RDA mais aceitável além da comunidade de bibliotecas e possibilita uma melhor manipulação de seus elementos em diversos ambientes tecnológicos.

A promessa de um padrão para descrição de recursos e acesso voltado para o mundo digital, com cobertura de todo tipo de conteúdo e mídia, alinhamento com princípios, padrões e modelos internacionalmente aceitos, conferem ao RDA grande possibilidade de sucesso. No entanto, a eficiência e aceitação do novo padrão só poderão ser devidamente avaliadas após sua divulgação, prevista para novembro de 2009, e uso.

6 Referências bibliográficas

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION; CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS. Chapter 0: Introduction. In: _____. **Resource Description and Access (RDA)**. Full draft. October 31, 2008b. Disponível em: <http://www.rdaonline.org/constituencyreview/Phase1AppD_11_4_08.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2009.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Prospectus**. 28 October 2008. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/5rda-prospectusrev6.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA). **Constituency review**. 2008. Apresenta link para os 53 recursos eletrônicos no formato .pdf que constituem o rascunho do RDA divulgado em 18 de novembro de 2008: 1 sumário, 38 capítulos, 13 apêndices, 1 glossário. Disponível em: <<http://www.rdaonline.org/constituencyreview>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009. ISBN 978-85-87258-76-2

TILLET, Barbara B. **Resource Description and Access: the development of a new international cataloging code**. Modena, Italy. December 13, 2007. 38 slides. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/btmodena-20071213.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2009.